
O LUGAR DA CULTURA NO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL:
Resenha crítica da obra *Afrotopia* de Fellowine Sarr

THE PLACE OF CULTURE IN ECONOMIC AND SOCIAL DEVELOPMENT:
Critical review of Fellowine Sarr's *Afrotopia*

EL LUGAR DE LA CULTURA EN EL DESARROLLO ECONÓMICO Y SOCIAL:
Reseña crítica de *Afrotopía* de Fellowine Sarr

**LA PLACE DE LA CULTURE DANS LE DÉVELOPPEMENT ÉCONOMIQUE
ET SOCIAL:**
Critique de *Afrotopia* de Fellowine Sarr

Igor Fernando Xanthopulo Carmo

Doutor em Estudos Comparados de Literaturas de Língua Portuguesa, Universidade de São Paulo;
Doutorando em Estudos do Desenvolvimento na Universidade Politécnica de Moçambique, São
Paulo, Brasil/ Maputo, Moçambique.

igorxanthopulo@gmail.com

<https://orcid.org/0000-0002-2534-9853>

Recebido em: 16/12/XXXX

Aceito para publicação: 13/11/2024

Resumo

O livro *Afrotopia* do economista senegalês Fellowine Sarr, lançado no Brasil em 2019, discute os destinos da África e os meios em prol da melhoria da qualidade de vida de suas comunidades. A obra faz referência às bases culturais dos povos africanos que resguardam saberes psicológicos, terapêuticos, agronômicos e ambientais que podem servir como sustentáculo do desenvolvimento econômico dos estados africanos na contemporaneidade. Nesse sentido, é necessário criar novos conceitos epistemológicos a partir do conhecimento de intelectuais, sacerdotes e artistas da África, criando uma rede de intercâmbio mútuo entre africanos, cujas pautas devem servir ao progresso interno e endógeno do continente.

Palavras-chave: *Afrotopia*; África; Economia; Cultura; Desenvolvimento.

Abstract

The book *Afrotopia* by Senegalese economist Fellowine Sarr, released in Brazil in 2019, discusses the destinations of Africa and the means to improve the quality of life of its communities. The work makes reference to the cultural bases of African peoples that safeguard psychological, therapeutic, agronomic and environmental knowledge that can serve as a support for the economic development of African states in contemporary times. In this sense, it is necessary to create new epistemological concepts based on the knowledge of intellectuals, priests and artists from Africa, creating a network of mutual exchange between Africans, whose guidelines must serve the internal and endogenous progress of the continent.

Keywords: *Afrotopia*; Africa; Economy; Culture; Development

Resumen

El libro Afrotopía del economista senegalés Fellowine Sarr, publicado en Brasil en 2019, analiza los destinos de África y los medios para mejorar la calidad de vida de sus comunidades. El trabajo hace referencia a las bases culturales de los pueblos africanos que resguardan conocimientos psicológicos, terapéuticos, agronómicos y ambientales que pueden servir de soporte para el desarrollo económico de los estados africanos en la época contemporánea. En este sentido, es necesario crear nuevos conceptos epistemológicos basados en el conocimiento de intelectuales, sacerdotes y artistas de África, creando una red de intercambio mutuo entre africanos, cuyas directrices deben servir al progreso interno y endógeno del continente.

Palabras clave: *Afrotopía; África; Economía; Cultura; Desarrollo.*

Résumé

Le livre Afrotopia de l'économiste sénégalais Fellowine Sarr, sorti au Brésil en 2019, aborde les destinées de l'Afrique et les moyens d'améliorer la qualité de vie de ses communautés. L'ouvrage fait référence aux fondements culturels des peuples africains qui préservent les connaissances psychologiques, thérapeutiques, agronomiques et environnementales pouvant servir de base au développement économique des États africains à l'époque contemporaine. Dans ce sens, il est nécessaire de créer de nouveaux concepts épistémologiques basés sur les connaissances des intellectuels, des prêtres et des artistes d'Afrique, en créant un réseau d'échange mutuel entre Africains, dont les lignes directrices doivent servir le progrès interne et endogène du continent.

Mots-clés: Afrotopia ; Afrique; Économie; Culture; Développement.

Resenha

Os discursos sobre o desenvolvimento mundial estão cada vez mais distantes de modelos puramente economicistas. Atualmente, o continente africano tem apresentado teorias alternativas sobre o problema da exclusão ou da marginalização de direitos imprescindíveis à vida humana. Um exemplo louvável é a visão de Felwine Sarr, professor economista senegalês, da Universidade Gaston Berger, que tem a sua Afrotopia (2016) lançada pela brasileira N-1 Edições, no ano de 2019. O livro, com tradução de Sebastião Salgado, é uma excelente publicação editorial, sob apoio do Ministério da Europa e das Relações Exteriores, contendo onze capítulos, ao longo de cento e cinquenta e cinco páginas.

A obra participa da acalorada discussão sobre o destino da África e os diagnósticos possíveis para a melhoria das condições econômicas de seus povos. É certo que a ênfase do texto nos aspectos específicos da economia revele a intimidade do autor com essa área científica. Porém, o seu campo de análise ultrapassa para outros terrenos teóricos, como o da filosofia da modernidade, da geografia das cidades, dos tratamentos de saúde e da produção de conhecimento cultural, artístico e literário. Este método transdisciplinar de organizar o texto reverbera a defesa de Felwine Sarr por um desenvolvimento das potências culturais, diante das necessidades sociais, e não do mero “crescimento do mercado”. (p. 154)

A corrida financeira, segundo o livro, converteu o desenvolvimento em “um dos mitemas mais poderosos de nossa era” (p. 20), alimentando uma obsessão pelo numerar, avaliar e quantificar, a partir de um modelo único para classificar as mais diversas nações. Não obstante, em mais de sessenta anos de projeto mundial de desenvolvimento, apenas dois países, entre duzentos, deixaram a condição de baixa renda para alta renda. A cultura que persiste em pregar a dependência e a inferioridade, durante séculos, moldou o “complexo do bom aluno” (p. 38) nas pequenas elites africanas, sustentado pelo fascínio dos avanços

tecnológicos aos quais têm acesso. Desde o início deste milênio, o continente, que abarcaria 4,5% do Produto Interno Bruto global, registra um crescimento acima dos 5% ao ano, porém tais estatísticas nada correspondem com a efetiva melhoria de vida da maior parte da população.

O autor relembra que a construção da identidade africana foi edificada pelo imaginário estrangeiro. Afris seria uma etnia berbere da região da Tunísia e Líbia, tida como uma colônia romana no século II a.C. Afriqiya era o termo adotado pelos árabes para designar a parte norte do continente no século VI. África é o nome que os navegadores europeus atribuem para todo o continente no século XV. Nesse intercâmbio, a concepção fantasiada para as terras africanas era sempre associada à ideia de riqueza infindável. O mito da luxuosa Rainha de Sabá, da região da Somália, bem como as narrativas sobre Cancam Muça, um dos homens mais ricos que o mundo já viu, transmitiam a imagem de uma África próspera e generosa. A sua população também era ostensiva, compreendendo 20% da população mundial até o século XV. Entretanto, a escravização em massa, a criação de colônias voltadas a um mercado metropolitano, a monocultura e a predação dos recursos naturais, pauperizaram a trajetória das sociedades africanas num fluxo comercial de notável desigualdade.

Já o recente século XX foi marcado por uma explosão demográfica que decuplicou a população do continente. Durante este período de governos de lideranças internas, há uma recolonização econômica através de grandes grupos empresariais que controlam o grosso do setor privado produtivo e dos bancos comerciais. Em paralelo, prevalece a dita economia informal, que assegura a subsistência da maioria das pessoas, alcançando 54,2 % do Produto Interno Bruto. O autor frisa que, na realidade, o desenvolvimento da população africana tem íntima relação com fatores culturais e não econômicos, embora o pensamento econômico produza cultura e confira valor às coisas. O urgente, nesse caso, seria o resgate da lógica da honra, da redistribuição, da subsistência, dos dons e contradons, a fim de se reposicionar a economia em “uma ordem dos meios” (p. 78), fazendo uso de uma “política do cuidado” como uma política de Estado.

Para tal mudança da estrutura social, artistas e intelectuais precisam dar atenção a paradigmas psicológicos de uma neurose coletiva de auto-exclusão do patrimônio científico e de uma angústia por reconhecimento no ocidente (p. 91). Segundo Felwine Sarr, a revolução necessária não se iniciará na economia, mas se dará por meio do saber, do intelecto (p. 100). Ao substituir o viés vitimista por uma postura de autorresponsabilidade, deve nascer “uma crítica radical dos discursos produzidos sobre a África pelo Ocidente” (p. 103), ao ter como ponto de referência situações e estruturas próprias (p. 105). Esta revolução do conhecimento criará condições para se construir uma nova epistemologia, lançando mão de produções acadêmicas e artísticas em línguas africanas e descortinando o mundo por uma perspectiva compartilhada. Esta postura reequilibraria as relações de força num “reconhecimento recíproco, restituindo a cada um sua história, sua cultura e sua dignidade” (p.108).

A revolução de tal envergadura é bem possível, porque as culturas africanas dispõem de uma ampla diversidade de categorias de conhecimento para edificar uma onto-mitologia própria: saberes terapêuticos, ambientais, competências técnicas, saberes sociais, históricos, psicológicos, econômicos, agronômicos, entre outros, que são frutíferos campos de auto-

apreensão, isto é, “de apreensão de si para si, sem referência ao outro” (p. 111). O desafio não é um ideal distante, haja vista que a estrutura dos sistemas sociais, educacionais e econômicos são passíveis de mudanças em cinquenta anos, mas os sistemas de pensamento, portadores de uma concepção do universo, não são suplantados tão facilmente. Portanto, “é imperioso investir maciçamente na reapropriação dos saberes continentais, daqueles relacionados à razão oral, da biblioteca pré-colonial, bem como daqueles do resto do mundo” (p. 121).

Assim que os tempos vindouros serão de uma nova universidade africana, que se desenraiza da dominação por meio de uma “visão da África fabricada em outras paragens” (p. 119). É a partir da estratégia de subversão e de insurreição (p. 120) que se pode elaborar um discurso que represente a si próprio. O autor faz uso da metáfora de se “lançar ao mar aberto”, que descortina o anseio por uma assimilação criativa dos conhecimentos científicos. Ele acredita que a vasta potencialidade da África pode ativar modelos de criação e distribuição das riquezas, baseados nas necessidades reais das suas populações. Há uma consciência, que perpassa a publicação do economista, de que “a inteligência de uma civilização reside na capacidade de realizar a síntese dos mundos complementares que a ela se oferecem e de integrá-los num telos” (p. 147).

A lúcida defesa de Felowine Sarr de uma postura autônoma perante os sistemas econômicos e os aportes teóricos dos maestros do mercado globalizado ecoa da Negritude e do Pan-Africanismo do século XX, que buscavam a emancipação do sujeito africano frente ao parasitário Imperialismo europeu. Entretanto, parece ser este o momento de decidir romper com a hierarquia epistemológica gestada no seio da burguesia mercantilista. É tempo de assumir que o mundo não possui um centro que emana progresso e que ilumina o futuro da humanidade, mas que o planeta é composto de uma variedade de centros de conhecimento. Simultaneamente, todos eles podem emitir saberes próprios sobre formas de compreender, viver e produzir em prol do desenvolvimento da comunidade global, de maneira íntegra, justa e próspera.

Presenciamos o fim do equivocado mito de que as nações estão competindo na mesma corrida desenvolvimentista, cujos os corredores da retaguarda devem trilhar os mesmos passos dos que correm na frente. Infelizmente, a ciência moderna criou as narrativas que condicionaram a intelectualidade a dar crédito a tal falácia dentro e fora das fronteiras europeias. As ciências exatas, os conceitos filosóficos, e a própria arqueologia fizeram da universidade uma instituição internacional que posiciona a Europa ocidental no centro do conhecimento universal. Na obra, por exemplo, do pré-historiador francês André Leroi-Gouhtran, *As Religiões da Pré-História* (1964), ainda se afirmava que os artefatos e as pinturas humanas mais remotas, advindas do período paleolítico superior, encontram-se naquele continente e, nesse sentido, os ancestrais europeus foram os pioneiros na evolução artística e religiosa da era dos homosapiens. Porém, em 2019, comprovou-se, na Indonésia, a existência de pinturas rupestres parietais, realizadas há 44 mil anos. Elas seriam anteriores às pinturas da famosa caverna de Lascaux, produzidas em ocre no sudoeste da França e estimadas em 17 mil anos de existência, ou mesmo da francesa Gruta de Chauvet, estimada em 32 mil anos.

A recente descoberta asiática simboliza que a evolução teórica e técnica da humanidade não cabe numa hierarquia sistematizada, já que diversas civilizações, de vastos conhecimentos,

organizaram economias e sociedades ao redor do globo. As particularidades e as universalidades dos saberes transmitidos pela oralidade, mediante os legados mitológicos de nossos povos, pode resgatar potências civilizacionais. Só assim é possível superar o atual período de exclusão e marginalização cultural e econômica do chamado Terceiro Mundo. Mas a síntese dos conhecimentos não seria suplantar um por outro, pelo princípio da negação, e sim realizar uma integração de diversos conhecimentos. Como alega Felowine Sarr, “não existe civilização pura, todas elas são híbridas” (p. 147), sujeitas a transformações que se façam necessárias.

A mitologia seria um espelho disforme do imaginário, que sonha com as aventuras do passado e do futuro. Ela forma os arquétipos, modelos exemplares, que penetram no espírito subjetivo, influindo na forma de interagir consigo e com o próximo. Nas mitologias africanas há um manancial de saberes importantes para a compreensão do corpo e do comportamento humano, bem como da forma de se relacionar com a sociedade e com o meio ambiente. O sagrado constrói a lente para se ler o mundo no qual se vive e a cultura funciona como intermediária para a economia, conforme aponta o erudito senegalês. Assim, faz sentido o capitalismo não exportar aos continentes do mundo um modelo sócio- econômico sem antes assimilar as subjetividades através da experiência mística-religiosa, como foi o caso do projeto missionário da cristandade. O camaronês Roland Ndille esclarece que, nos finais do século XVIII, através de um discurso pacifista, humilde e amigável, missionários britânicos, defensores do desejo genuíno de servir a humanidade, converteram vários chefes da costa camaronense ao cristianismo. Por intermédio deles, viabilizou-se o acesso administrativo ao interior continental, bem como a entrada de produtos e novas rotas comerciais. Empreendimentos como este, do Comitê da Missão Batista, edificaram a fé, no imaginário local, da necessidade de se construir escolas, igrejas e dispensários, segundo o modelo europeu.

Na última cena bíblica do evangelho de Mateus, o mestre Jesus, ressuscitado, ordena aos seus seguidores a ensinar pessoas de todas as nações a se tornarem discípulas de sua doutrina (Mateus 28: 19,20). Desse modo, o cristianismo possui, em sua origem, a conversão de estrangeiros como princípio básico de seus dogmas. Mas a ideologia cristã, que se expandiu subversivamente pela Ásia, Europa e África nos três primeiros séculos, foi transformada em um conjunto de dogmas estatais na Roma de Constantino (272-337), a despeito da afirmação de Jesus de que seu governo “não faz[ia] parte deste mundo” (João 18: 36). O cristianismo deixa de se basear em relatos da tradição oral e passa a integrar a legislatura do poder imperial, usando um discurso idealista de fraternidade e de resiliência. Seria a força motriz para manutenção política do período medieval na Europa, que delegava ao clero o papel intelectual da sociedade, sendo a cristandade o esteio cultural do Ocidente. Com o início das expedições marítimas e do mercantilismo, os conceitos religiosos foram adequados aos emergentes valores burgueses. Já no princípio do século XXI, o cristianismo em expansão aproxima a ação espiritual de Jesus a um título da bolsa de valores, em que os crentes podem investir e lucrar. Na realidade, o discurso cristão e a prática de suas instituições apresentam uma contradição insuperável, que não só intensifica a eficácia dos sistemas econômicos vigentes, mas também serve de ferramenta na manutenção do domínio psicológico e social.

Estando as doutrinas religiosas em plena expansão e metamorfose em nosso século, fazer vistos grossas aos atuais fenômenos mitológicos não seria o papel mais eficaz dos

fomentadores da cultura. Segundo o moçambicano Severino Ngoenha, na obra *Resistir a Abadon* (2017), intensificam-se as postulações de “uma história futura feita essencialmente de choque de civilizações diferenciadas por culturas religiosas” (NGOENHA, 2017, p. 75). É importante, assim, como afirma o moçambicano Brazão Mazula, no livro *Dialogando com a Política e a Religião* (2016), resgatar os valores caritativos e fraternos dos discursos oficiais da teologia. Eles podem sustentar as diretrizes políticas de Estado a favor do “combate à pobreza; paz e estabilidade social; democracia; e criação da consciência ecológica” (MAZULA, 2016, p. 105).

O passo corajoso que será dado pela juventude intelectual africana, e americana, é de ressignificar os símbolos míticos e as lutas históricas dos antepassados, valorizando a cultura, em primeiro plano, e reposicionando a economia no lugar que lhe é devido, ou seja, como substrato para a manutenção da qualidade de vida dentro das comunidades. A religião e a expressão artística são instrumentos que podem iluminar modos de interação social mais equitativos e estratégias de mobilização popular mais efetivas. Para tal, os agentes culturais e espirituais devem ter liberdade de manifestar suas culturas sem a coerção do Estado ou de outros grupos culturais hegemônicos. O resgate reivindicado pelas subjetividades silenciadas, através da literatura, tem apontado o norte da luta social para a emancipação nas instâncias da política e da economia.

A moçambicana Paulina Chiziane, por exemplo, abre o espaço da sua produção artística recente para que mestres da cultura Bantu registrem a cosmovisão de sua ancestralidade numa coleção de obras. Em 2012, escreve com Maria do Carmo da Silva, médium espírita, o romance *Na Mão de Deus*. Em 2013, junta-se a Rasta Pita, médico tradicional, no livro *Por quem Vibram os Tambores do Alem?*. E em 2015, realiza uma entrevista com a curandeira Mariana Martins, de leitura comentada do Novo Testamento, intitulada *Ngoma Yethu*. O projeto da escritora revela a sua consciência intelectual de que só será possível construir um futuro independente, de crescimento estável e sólido, se a sociedade se despir dos mitos exógenos, que pouco contribuíram para o progresso e à saúde psicossocial dos africanos. A arte, como a de Paulina Chiziane, é um convite à harmonização subjetiva e uma ferramenta para reposicionar os agentes da sociedade no seu próprio centro de ação social. Seria o que o beninense Paulin Hountondji defende, no artigo “Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos”, de que a produção acadêmica e artística da África, antes de ser produto de consumo do exterior, deve ser uma rede de intercâmbio mútuo entre os africanos, cuja a pauta deve servir ao progresso interno do continente.

Neste tempo de inúmeras transformações tecnológicas, de danos irreparáveis ao meio ambiente, de crises políticas e sanitárias ainda se pode vislumbrar um futuro melhor para as próximas gerações. A esperança depositada em *Afrotopia*, de Felowine Sarr, na ciência e na cultura alerta as sociedades do cone sul sobre a importante missão de reavaliar o valor do ser humano por si mesmas. Mas a espera não se procede de braços acorrentados, como se só as promessas dos teóricos concretizem a liberdade milagrosamente. É o tempo de intervir, agir pela sociedade, visando às potências resguardadas no espírito humano, principalmente aquelas que refletem a ética da justiça, a fim de livrar os nossos membros das cadeias forjadas pelos opressores.

Referências bibliográficas

CHIZIANE, Paulina & MARTINS, Mariana. *Ngoma Yetu, o Curandeirismo e o Novo Testamento*. Maputo: Matiko Editora, 2015.

CHIZIANE, Paulina & PITA, Rasta. *Por Quem Vibram os Tambores do Além?*. Maputo: Editora Índico, 2013.

CHIZIANE, Paulina & SILVA, Maria do Carmo da. *Na Mão de Deus*. Maputo: Carmo Editora, 2012.

HOUNTONDJI, Paulin J. "Conhecimento de África, conhecimento de Africanos: Duas perspectivas sobre os Estudos Africanos", *Revista Crítica de Ciências Sociais* [Online], 80 | 2008, colocado online no dia 01 outubro 2012, criado a 19 abril 2019. URL : <http://journals.openedition.org/rccs/699> ; DOI : 10.4000/rccs.699

LEROI-GOURHAN, André. *As Religiões da Pré-História*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1990.

MAZULA, Brazão. *Dialogando com a Política e a Religião*. Maputo: Alcance Editores, 2016.

NDILLE, Roland. "Missionaries as Imperialists: Decolonial Subalternity in the Missionary Enterprise on the Coast of Cameroon 1841-1914". *Sumerianz Journal of Social Science*, 2018, Vol. 1, No. 2, pp. 51-58

NGOENHA, Saverino Elias. *Resistir a Abadon*. Maputo: Editora Paulinas, 2017.

SARR, Felwine. *Afrotopia*. São Paulo: N-1 Edições, 2019.

Página de Internet:

<https://super.abril.com.br/historia/arte-rupreste-na-indonesia-e-a-mais-antiga-do-mundo-dizem-arqueologos/>

.